CENTRO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

FÓRUM 2018: PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS

LUIZ ANTONIO CORNACCHIONI
Diretor executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O CENTRO de Comércio Internacional (ITC, na sigla em inglês) é uma agência de desenvolvimento dedicada a dar suporte e competitividade **à** internacionalização das pequenas e das médias empresas. Estabelecida em 1964, com sede em Genebra, na Su**íça,** a agência opera muito próxima da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os focos da entidade estão em sintonia com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

No seu quinto Fórum, realizado em outubro último, o tema escolhido foi "Meta 12: Produção e Consumo Responsáveis". O objetivo foi analisar as relações de comércio sustentável nas cadeias de valor globais. O diagnóstico levou em conta pressupostos como o crescimento econômico acelerado e o consumo desenfreado, com modelos de produção insustentáveis e esgotamento dos recursos naturais.

Para o ITC, a evolução dos negócios nesse ritmo e nessa direção não serve como opção para a sociedade. Empresários, governos e consumidores possuem papéis vitais na mudança mais rápida desse processo. Isso passa pela maior demanda por melhores informação, comunicação e padronização sobre produtos e serviços de menor impacto ambiental. É a disseminação das boas práticas de produção aliadas a mudanças no comportamento do consumidor.

Entre as maiores do mundo, conhecidas marcas da indústria enfrentam a pressão de custo na questão polêmica da condição de trabalho, com a contratação de auditores sociais e arrocho nas normas de *compliance*. Estas ações serão suficientes para melhorar a transparência e a contabilidade nessas cadeias de suprimentos.

De acordo com um levantamento da Union for Ethical BioTrade (UEBT), para 79% dos consumidores as companhias possuem a obrigação moral de



SHUTTERSTOCK

desenvolver modelos de produção sustentáveis para compensar a biodiversidade perdida, com rastreabilidade das fontes utilizadas e dos meios de sustentação. O Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF, na sigla em castelhano) estima que o mercado baseado na biodiversidade chegará a US$ 290 bilhões, com crescimento anual de 19% até 2020.

Cerca de 40% da população mundial vive em mercados emergentes, cuja gravidade econômica tem sido lentamente crescente. Surge, então, a seguinte pergunta: os negócios suportarão modelos de consumo com tendências mais sustentáveis no futuro? Da mesma forma, as empresas irão apoiar essa mudança de padrão?

Nesse processo, a contribuição do ITC corre no sentido de aumentar a competitividade mundial das pequenas empresas. As estratégias adotadas são de adição de valor ao comércio e investimentos em associações globais. A prioridade é levar conhecimento e experiência para os setores mais excluídos da sociedade, de modo a garantir maior igualdade nas oportunidades. ■

GRUPO DE PAÍSES PRODUTORES DO SUL (GPS)

Criado em 2012 e formado por entidades privadas da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, o GPS é presidido por Horacio Sanchez Caballero e participou do Fórum 2018 do ITC. Trata-se de um projeto composto por especialistas e empresários. O compromisso é contribuir com a construção de um polo sul-americano capaz de responder às novas demandas alimentícias sustentáveis, com geração de riqueza, emprego e capital social na região.

No momento, é primordial avançar nos conhecimentos sobre o desenvolvimento sustentável entre governos e a iniciativa privada. Num trabalho conjunto, o objetivo é negociar com parceiros os benefícios para os consumidores de uma economia mais sustentável no longo prazo.

Nas apresentações do Fórum, chamou a atenção o fato de que, do ponto de vista geopolítico, desde a decisão tomada na Conferência Ministerial da OMC em 2012, de eliminar os subsídios nas exportações de produtos e serviços, praticamente nada ocorreu. Os acordos multilaterais tinham progressos quando os grandes *player*s internacionais, como os Estados Unidos e a União Europeia, sentavam juntos na mesa de negociação.

Hoje em dia, a União Europeia segue como figura de destaque na OMC, enquanto os Estados Unidos e a China estão em definição. São economias e culturas diferentes. O Estado controla cerca 60% da economia chinesa e carrega a agricultura com subsídios acima dos de todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Trump acha que a OMC precisa reformar o sistema multilateral: a reciprocidade é uma mentalidade mercantilista.

Existem preocupações com a inclinação das gerações mais novas de decidirem com base nas recomendações de consumo fornecidas pelas redes sociais. Falou-se do objetivo 2 das metas 2030, de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar com melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

As agendas diferem. Para o consumidor, aparecem temas como saúde, segurança, transparência, impacto ambiental e social, tendências disruptivas, entre outros. Na agricultura, tem-se as questões de apoios domésticos, estoques públicos, acesso a mercado e barreiras de comércio; tudo isso relacionado à pobreza e à mudança climática.

Com a Austrália, tem-se relacionamentos institucionais, como a Conferência do Grupo de Cairns, a ser realizada em 21 de setembro de 2019, com vinte países, que representam mais de 25% das exportações mundiais de produtos agrícolas. Está em discussão a cota 481, da União Europeia, sobre importação de animais confinados.

As conversas sobre o futuro do consumo sustentável em mercados emergentes prosseguem e deverão ser acompanhadas pelo GPS. Os modelos podem variar, pois dependem de como se mede o desenvolvimento de culturas e hábitos diferentes. Os cuidados com a saúde das pessoas, as condições climáticas e os recursos naturais são específicos. Existem limites e possibilidades na adoção dos modelos ocidentais. Existem dúvidas sobre a capacidade dos negócios de suportar custos como o da sustentabilidade do sistema financeiro. Pressões de poderes alinhados com a possibilidade de um modelo universal exigirão fundamentos científicos, aprovações de padrões objetivos e incentivos fiscais.